

Funcionamento paralelo do Senado e Câmara ameaça acordo sobre soberania da Constituinte

Da Sucursal de Brasília

O funcionamento do Senado e da Câmara dos Deputados, paralelamente aos trabalhos do Congresso constituinte, é o novo ponto de discórdia entre o PMDB e PFL.

Esta divergência já ameaça o entendimento, quase concluído, em torno dos limites da soberania do Congresso constituinte, admitiram ontem os líderes dos dois partidos.

O PFL quer que o Senado e a Câmara funcionem quase normalmente durante os trabalhos da Constituinte. O PMDB insiste em que tanto a Câmara quanto o Senado só sejam convocados "extraordinariamente" e apenas para tratar de "matérias urgentes", enquanto durar o Congresso constituinte. O líder do PMDB na Câmara, deputado Luiz Henrique (SC), 47, disse ontem que esta posição é "inegociável" para seu partido. "É uma decisão de bancada", disse, às 13h30, por telefone.

O líder do PFL na Câmara, José



José Lourenço, líder do PFL



Luiz Henrique, líder do PMDB

Lourenço (BA), 53, reagiu e criticou o PMDB. "O Senado é soberano. Ou querem ocupar o Senado?", afirmou ontem, por telefone, às 14h. Segundo Lourenço, se houver impasse neste ponto haverá problemas para aprovação do regimento do Congresso constituinte, previsto, em princípio, para o dia 10. Neste caso, o regimen-

to —que trata tanto da questão da soberania quanto do funcionamento das Casas— seria votado sem entendimento entre os dois partidos.

"Se quiserem bater chapa, nós vamos. Se querem ser derrotados, nós estamos treinados nisso. Já os derrotamos sete vezes", afirmou Lourenço, ontem. "Bater chapa", no

jargão parlamentar, significa a disputa de uma questão em plenário, sem prévio entendimento.

A reação ao funcionamento, quase regular do Senado e da Câmara enfrenta oposição principalmente do grupo "Pró-Soberania" do PMDB. "O funcionamento normal da Câmara e do Senado equivale a uma tentativa de fazer da Constituinte apenas uma comissão mista, e isso ridicularizaria a opinião pública do país", afirmou ontem Antônio Brito (PMDB-RS), 34, um dos líderes do grupo. Outro líder desse grupo, o deputado Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), 57, disse ontem que só aceita acordo com o PFL em torno da soberania desde que os partidos de esquerda (PT, PDT, PCB e PC do B) também o aceitem. Esta posição foi apresentada anteontem ao presidente do partido, Ulysses Guimarães.

O deputado Luiz Henrique afirmou ontem que, nos primeiros contatos que tinha feito com os partidos de esquerda, havia obtido "boa receptividade" a um acordo em torno da soberania. Mas líderes de alguns desses partidos, como o PDT e PCB, já criticaram abertamente os entendimentos do PFL com o PMDB.

PMDB e PFL planejam dividir cargos

O PMDB e o PFL planejam dividir entre si os cargos de presidente, vice-presidente e relator das oito comissões incumbidas de elaborar o projeto da nova Constituição, e da Comissão de Sistematização (encarregada de redigir a Carta). Um acordo inicial dividindo a direção das comissões foi firmado anteontem pelos líderes do PMDB e do PFL na Câmara, Luiz Henrique (SC) e José Lourenço (BA).

Segundo José Lourenço, 53, se o presidente de uma comissão for do PMDB, o relator deverá ser do PFL e, se o presidente for do PFL, o relator será do PMDB. Os presidentes e seus vices serão eleitos, conforme estabelece o substitutivo do regimento interno, pelos 63 integrantes de cada uma das comissões, cuja composição será proporcional ao número de parlamentares de cada partido. O relator deverá ser nomeado pelo presidente. José Lourenço disse ontem que o PFL já estuda os nomes que serão indicados pelo partido.

Candidatos

Entre os mais prováveis candidatos do PFL —cujos nomes estão na mesa de José Lourenço— constam os dos senadores Marcondes Gadelha (PB), Divaldo Suruagy (AL) e Carlos Chiarelli (RS), e dos deputados José Thomaz Nonô (AL), Leur Lomanto (BA), Homero Santos (MG) e Fausto Rocha (SP). O senador Afonso Arinos (RJ) é candidato à presidência da Comissão de Sistematização, concorrendo com o deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM).

Pequenos partidos reagem à decisão

Os pequenos partidos reagiram contra o acordo entre o PFL e PMDB, que prevê o completo domínio da Aliança Democrática nas comissões. "O PMDB e PFL têm que deixar essa mania de quererem ser os donos da bola. Vamos fazer muito barulho e não vamos permitir mais esse ato de força", afirmou Amaral Netto (RJ), 66, líder do PDS na Câmara. Ele disse que começará a fazer contatos com outros integrantes da bancada amanhã, a fim de traçar a sua estratégia.

O vice-líder do PDT, deputado Amaury Muller (RS), 51, disse que o acordo entre PMDB e PFL "é uma jogada absolutamente autoritária.

Ignora os pequenos partidos. É o condomínio do poder". Ele anunciou que vai entrar em contato com líderes de outros partidos de esquerda para saber como poderão ter uma atuação conjunta para reverter o quadro. Muller disse também que vai apelar à esquerda do PMDB, pois acha que ela não "aceitará essa ditadura de liderança".

Já o líder do PCB, Roberto Freire (PE), 44, afirmou que "infelizmente PMDB e PFL pretendem fazer valer o critério da proporcionalidade e esmagar os pequenos partidos". Segundo ele, "nas comissões não deveria ser adotado esse critério, mas o da competência".

Do PMDB querem os cargos nas comissões —os nomes estão com Luiz Henrique— os senadores Itamar Franco (MG), Teotônio Vilela Filho (AL), Severo Gomes (SP), Mário Covas (SP), Nelson Carneiro (RJ), Afonso Camargo (PR), José Richa (PR), José Fogaça (RS) e Albano Franco (SE), e os deputados Egidio Ferreira Lima (PE), Nilson Gibson (PE), Expedito Machado (CE), Prisco Viana (BA), Cardoso Alves (SP), Caio Pompeu (SP), Roberto Rollemberg (SP), Walber Guimarães (PR) e Nion Albernaz (GO).

As comissões

As nove comissões previstas no

projeto de regimento são: Soberania e Direitos dos Poderes e Sistema de Governo; Organização Eleitoral, Partidária e Garantias das Instituições; Sistema Tributário, Orçamento e Finanças; Ordem Econômica; Ordem Social; Família, Educação, Cultura, Esporte, Comunicação, Ciência e Tecnologia; e Sistematização.

Cada uma das comissões (exceto a de Sistematização) subdividem-se em três subcomissões. Para sua composição, segundo o líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), também será obedecido o critério de proporcionalidade de cada bancada.

PDS definirá ofensiva contra o governo

Da Reportagem Local

O PDS vai definir dia 11, quarta-feira da semana que vem, uma ofensiva contra o governo no Congresso. As bancadas do partido no Senado e na Câmara aprovarão uma série de debates, para os quais serão convidados parlamentares de todos os demais partidos, sobre a ação da "Nova República". Os dois primeiros temas já estão escolhidos: a previdência social e a viagem que o ministro da Fazenda, Dilson Funaro, realiza, atualmente, ao exterior, para explicar o anúncio da moratória.

O presidente do PDS e ex-ministro da Previdência (no governo Figueiredo), senador Jarbas Passarinho (PA), é quem vai analisar a administração da Previdência na administração José Sarney. "Preto, antes de tudo, mostrar que a Previdência só teve o seu déficit zerado na gestão do ex-ministro Waldir Pires (governador eleito da Bahia), porque nós, no final do governo Figueiredo, tínhamos criado condições para isso, e porque houve o reaquecimento da econo-

mia, com uma sensível diminuição do número de desempregados, o que resultou, claro, num aumento da arrecadação por parte da Previdência", afirmou o senador à Folha.

Riscos

Passarinho vai assinalar o que considera dois riscos corridos pelo atual ministro, Raphael de Almeida Magalhães. "Um, o do esvaziamento da reserva de contingência da Previdência, aquele dinheiro que evita que ele tenha que captar empréstimos na rede bancária e sujeitar-se às taxas de juros", diz Passarinho, "outro, a coragem que ele demonstra em querer fixar a idade de 55 anos para que o cidadão comece a receber benefício da Previdência na condição de aposentado, sistema que não deu certo em países mais desenvolvidos que o nosso, como a França".

Até o fim desta semana, o líder do PDS na Câmara, deputado Amaral Netto (RJ), vai procurar o senador Roberto Campos (PDS-MT) e o deputado Delfim Netto

(PDS-SP), para acertar com eles um segundo debate, sobre a crise econômica. Amaral não tem dúvidas sobre os dividendos políticos de encontros como estes: "Só a repercussão que isso dá na imprensa já vale..."

Rebeldia

A reunião do dia 11 vai, contudo, servir também para o exame de uma questão interna do partido: a da rebeldia do deputado mineiro Bonifácio de Andrada que, na última quarta-feira, recusou-se a abandonar o plenário da Câmara, de acordo com a instrução do comando do PDS, que não queria ver aprovado o texto do regimento interno do Congresso constituinte. Dirigentes pedessistas acreditam que Bonifácio de Andrada esteja querendo um espaço próprio de atuação, num partido de pequena representação no Congresso, mas com pelo menos três nomes de destaque muito maior do que o dele (Passarinho, Delfim e Campos).

(Roberto Lopes)

Para peemedebista, frase atribuída a Sarney é 'loucura'

Da Sucursal de Brasília

O deputado federal Egidio Ferreira Lima (PMDB-PE), 57, qualificou de "fantasias" e "loucura" a declaração atribuída ao presidente José Sarney pelo senador Carlos Chiarelli (PFL-RS), anteontem. "Não tenho vocação para Kerensky", teria afirmado Sarney. "Isso é sair da realidade", afirmou Ferreira Lima, um dos líderes do grupo "pró-soberania" do PMDB. Kerensky foi chefe do governo provisório da Rússia em 1917, logo após a queda do regime czarista, mas foi derrubado do poder pela revolução bochevique de outubro daquele ano.

A frase atribuída a Sarney foi relatada por Chiarelli, líder do PFL no Senado, que, juntamente com o líder do partido na Câmara, José Lourenço (BA), e com o ministro-chefe do Gabinete Civil, Marco Maciel, jantara na véspera com o presidente. Ao comparar-se com o chefe do governo provisório russo deposto por Lênin em outubro de 1917, Sarney teria em vista a atuação do PMDB no Congresso constituinte.

Segundo Ferreira Lima, a ideia de que o PMDB queira cortar o mandato do presidente Sarney através do parágrafo sobre a soberania do Congresso constituinte do seu regimento interno é falsa. "Não há nenhuma proposição neste sentido dentro do PMDB nem nos demais partidos de esquerda, que não querem criar problemas para o presidente", disse.

O líder do PMDB na Câmara, Luiz Henrique (SC) disse que não acredita que Sarney tenha efetivamente dito aquela frase. "O presidente tem consciência de que é um presidente de transição e tem reafirmado sua posição de levar adiante a transição democrática". Para Luiz Henrique, "o presidente tem demonstrado o maior apreço pelo PMDB".